

11

ANÁLISE DA PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE A REFORMA POLÍTICA

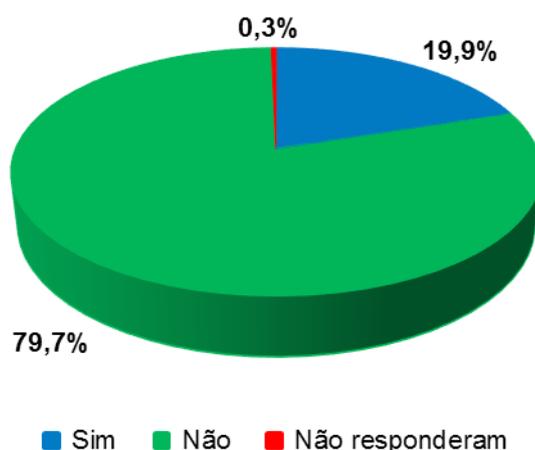
A Confederação Nacional de Municípios (CNM), com o objetivo de subsidiar os debates que ocorrerão na *XVIII Marcha em Defesa dos Municípios* nos dias 25 a 28 de maio, apresenta uma pesquisa de opinião com os gestores municipais sobre a Reforma Política em pauta no Brasil. Assim, foi solicitada a opinião sobre 12 questões que estão sendo discutidas no momento. Tivemos uma amostra de 3.388 prefeitos(as) e 49 gestores, o que representa mais de 60% dos atuais prefeitos no país.

1. Reeleição: Sim ou Não?

A reeleição para cargos executivos foi aprovada no Brasil em 1997. Hoje, os governantes do Executivo podem se reeleger uma vez consecutiva, sem necessidade de deixar o cargo. O assunto foi muito polêmico na época e assim continua até hoje – de modo que se discute tanto a ampliação da possibilidade de reeleições consecutivas quanto a proibição de presidentes, governadores e prefeitos se reelegerem.

Entre os pesquisados, 19,8% indicaram que o instituto da reeleição deve ser mantido e 79,8% indicaram que a reeleição não deve ser mantida. O resultado indica que uma ampla maioria dos gestores atuais entende que a reeleição não deve ser mantida.

Gráfico 1 – Instituto da reeleição deve ser mantido?

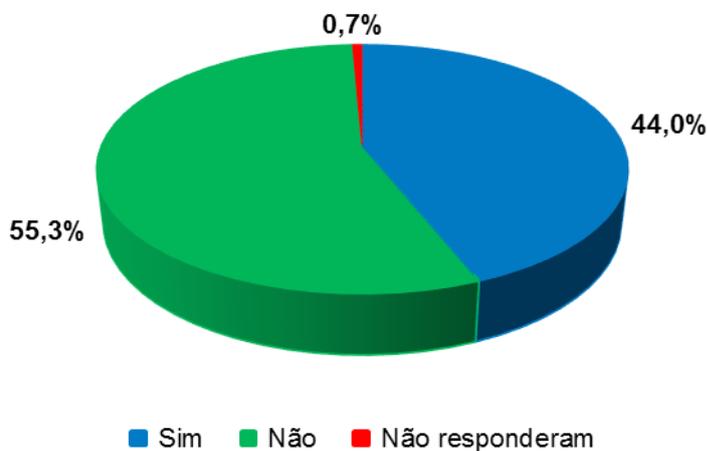


2 – Para os cargos do Poder Legislativo (senadores, deputados e vereadores), a reeleição deve ser permitida indefinidamente como é hoje em dia ou não?

Hoje em dia não existe nenhuma restrição para a reeleição de parlamentares, uma das discussões em andamento é se deve ou não ter um limite de mandatos.

Entre os pesquisados, 43,9% indicaram que deve haver um limite, e os outros 55,4% disseram que se deve manter a forma atual sem restrições. O resultado indica um certo equilíbrio nas opiniões quanto não haver um limite de reeleições para o Poder Legislativo, mas a maioria ainda indica que se deve manter como é hoje.

Gráfico 2 – Para os cargos do Poder Legislativo (senadores, deputados e vereadores), a reeleição deve ser permitida indefinidamente como é hoje em dia ou não?

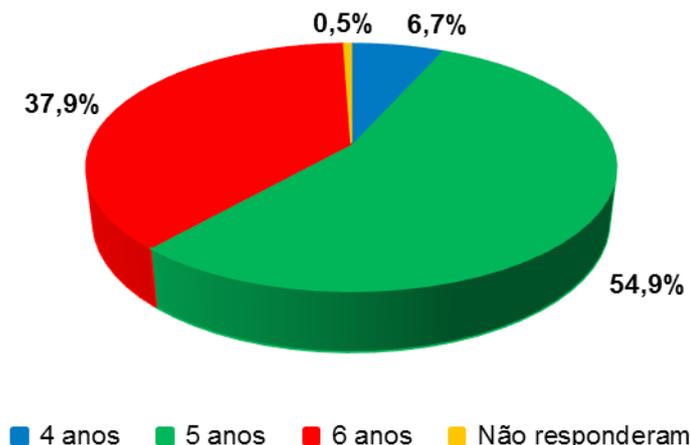


3. Duração do mandato

Quanto deve durar o mandato do presidente, dos governadores e dos prefeitos? Ao longo da História do Brasil, isso mudou várias vezes: quatro anos durante a República Velha; cinco anos após a Era Vargas; o mesmo período no começo da redemocratização, com José Sarney e Fernando Collor, e novamente quatro anos a partir de Fernando Henrique Cardoso.

A maioria dos pesquisados indicou que 5 anos é o tempo que deveria durar o mandato –54,8%; outros 38% indicaram que o período seria de 6 anos; e somente 6,6% indicaram 4 anos. Os resultados surpreendem em dois aspectos, o primeiro é que os gestores atuais não concordam com o mandato de 4 anos que é o vigente, e o outro é uma mudança de opinião em relação ao período, em pesquisas anteriores da CNM, a maioria queria o mandato de 6 anos, mas agora o preferido é o mandato de 5 anos.

Gráfico 3 – Qual deve ser a duração do mandato nos poderes executivos?

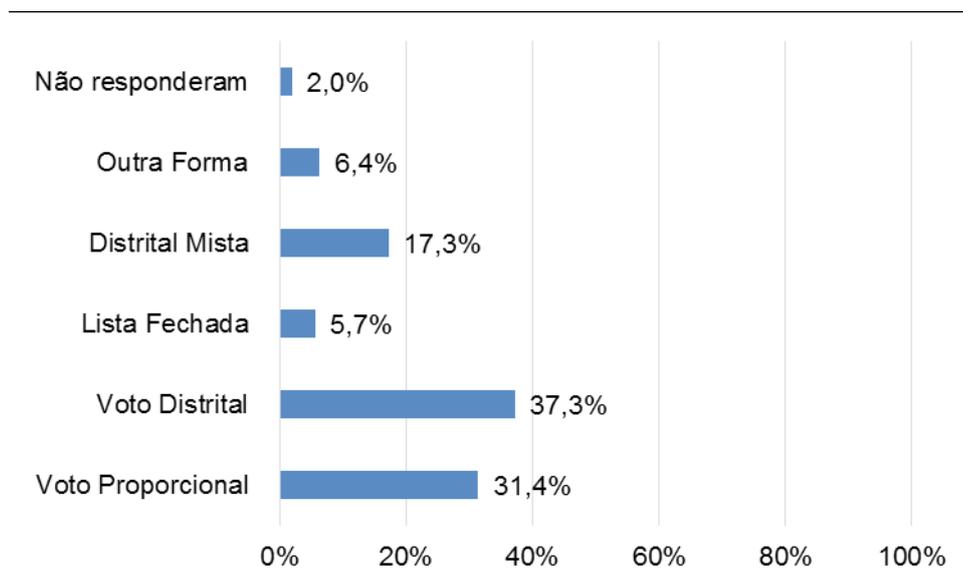


4. Eleição de deputados: voto proporcional x voto distrital

Este é um dos assuntos mais polêmicos quando se fala de reforma política. De que maneira devem ser eleitos os deputados federais, estaduais e os vereadores, valorizando os partidos ou destacando os próprios candidatos? Há quase um consenso de que o sistema atual é ruim por distanciar o eleitor dos eleitos, enfraquecer a identidade partidária e permitir a eleição de políticos desconhecidos do público.

Entre as propostas apresentadas, o voto distrital permanece com a preferência, com 37,4% dos entrevistados, seguido de perto com o sistema atual voto proporcional, com 31,5%, depois vem o distrital misto com 17,2%, outras formas com 6,4% e somente 5,6% indicaram a lista fechada como sendo de sua preferência. Os resultados indicam uma certa tendência para o Voto Distrital seguido de perto pelo voto proporcional.

Tabela 1 – A eleição de deputados e vereadores, hoje pelo sistema proporcional, deve ser por meio de?



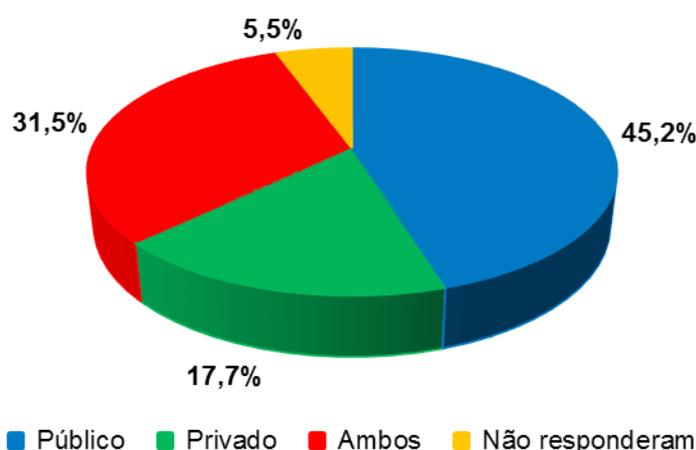
Fonte: Elaboração Própria.

5. Financiamento de Campanha

Outro assunto bastante polêmico dentro da reforma política é o financiamento das campanhas eleitorais. Hoje, dentro de certos limites, tanto empresas quanto pessoas podem fazer doações. Além disso, cada partido recebe recursos públicos provenientes do chamado Fundo Partidário, que são distribuídos de acordo com o tamanho de cada bancada na Câmara dos Deputados.

A maioria dos entrevistados indicou que o financiamento deve ser público 45,2%, privado somente 17,7% e ambos para 31,5% dos pesquisados. Os resultados indicam que não há uma tendência pelo financiamento público das campanhas eleitorais.

Gráfico 4 – O financiamento da campanha eleitoral deve ser?

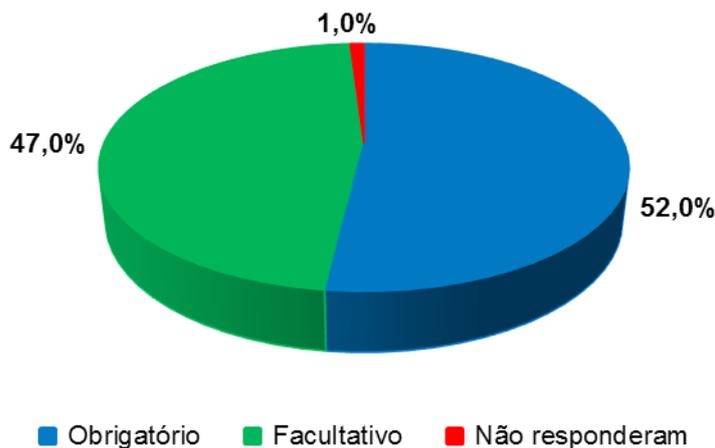


6. Voto: obrigatório ou facultativo?

O voto é um direito ou uma obrigação? Há quem defenda que são as duas coisas e que o cidadão deve ser obrigado a se manifestar nas eleições de modo a exercer sua cidadania e evitar o comodismo. Outros consideram que o voto obrigatório agride a liberdade individual de optar por não votar.

O voto deve continuar a ser obrigatório para 51,8% dos entrevistados e deve ser facultativo para 47,1%. Os resultados evidenciam esta polêmica, um pouco mais da metade dos entrevistados reforçam que o voto deve ser obrigatório, mas, em contraposição, 47% dos entrevistados acham que deve ser facultativo.

Gráfico 5 – O voto deve ser?

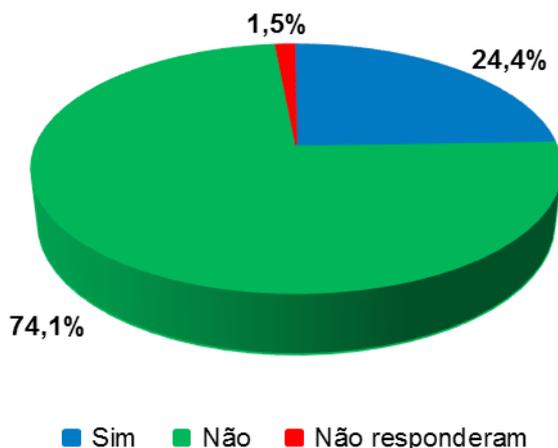


7. Candidatura avulsa

Um cidadão deveria poder se candidatar sem estar vinculado a partidos? Isso é o que defendia, por exemplo, o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa. Nos Estados Unidos, essa também é uma possibilidade. Os defensores consideram que é preciso abrir espaço para outras formas de representação política que não são contempladas em partidos políticos. Já os opositores afirmam que é preciso fortalecer, e não enfraquecer os partidos.

A candidatura avulsa foi rejeitada por 73,9% dos entrevistados, somente 24,6% aceitam este instituto. Os resultados indicam que esta tese da candidatura avulsa não é aceita pela grande maioria dos gestores municipais.

Gráfico 6 – Deve-se permitir a candidatura avulsa (sem partido)?

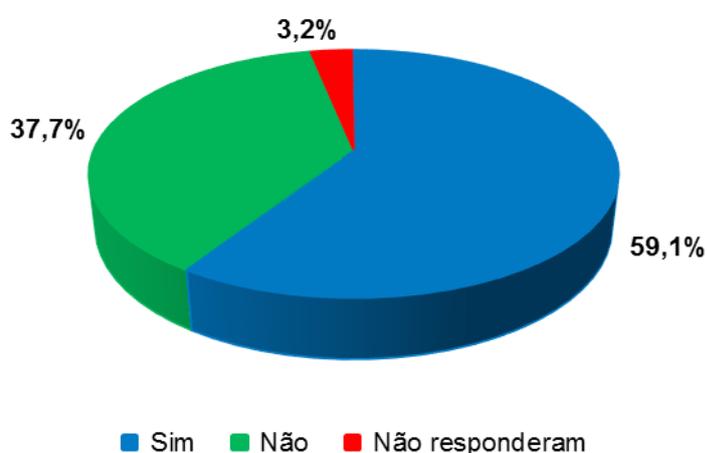


8. Recall

A possibilidade de a população decidir revogar o mandato de um governante por meio de uma consulta é conhecida pela palavra inglesa “recall”. Hoje, apenas o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF), em casos específicos, podem destituir um governante ou um parlamentar. Algumas pessoas defendem a tese de que a democracia pressupõe, em certas circunstâncias, o direito de a população ser consultada sobre a continuidade ou não de um governo. Já os críticos veem riscos para a governabilidade, caso tal instituto exista.

O *recall* não foi aceito por 37,7% dos entrevistados e 59,2% aceitam este novo modelo. O resultado indica que este instituto é majoritário entre os gestores municipais.

Gráfico 7 – Deve-se poder revogar o mandato do parlamentar (*recall*)?

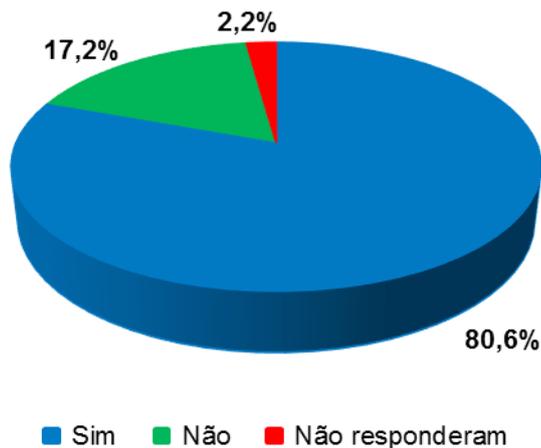


9. Suplência de senador

Atualmente, cada senador é eleito com mais dois suplentes, que o substituem em caso de licenças longas ou de renúncia, cassação ou morte.

A grande maioria dos entrevistados acham que os suplentes de senador devem ser nominados e eleitos – 80,7%; somente 17,1% creem que se deve manter o sistema atual. Os resultados indicam que a ampla maioria prefere que os suplentes de senadores sejam nominados e votados, acabando com o sistema atual em que muitos suplentes acabam sendo senadores sem voto.

Gráfico 8. O suplente de senador deve ser também nominado e votado?

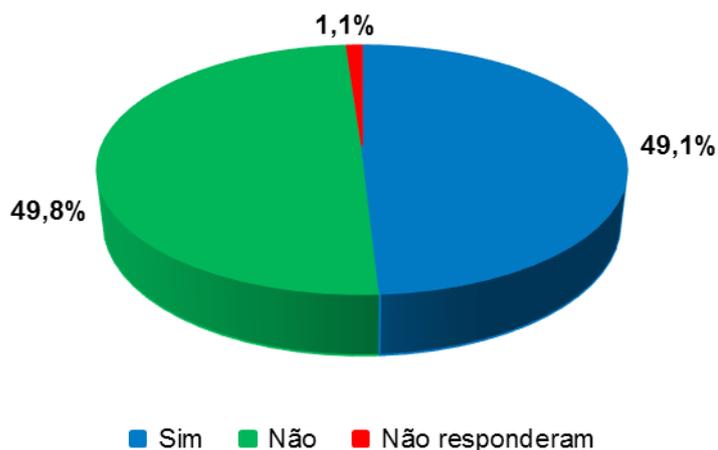


10. Data da posse

Hoje, os candidatos eleitos para cargos executivos tomam posse sempre em 1º de janeiro. Como é imediatamente depois da virada do ano, muitos parlamentares consideram que essa data dificulta a participação popular na posse e a presença de chefes de Estado estrangeiros, além de impedir que os próprios governadores estejam presentes na posse do presidente da República, por estarem, eles mesmos, sendo empossados.

Dos entrevistados, 49,9% avaliam que se deve mudar a data de posse dos cargos dos poderes executivos, e 49% indicaram que não deve haver mudança nas datas. Os resultados indicam um empate entre as opiniões sobre a mudança das datas de posse dos eleitos.

Gráfico 9 – Deve-se mudar a data da posse dos eleitos para os Poderes Executivos?

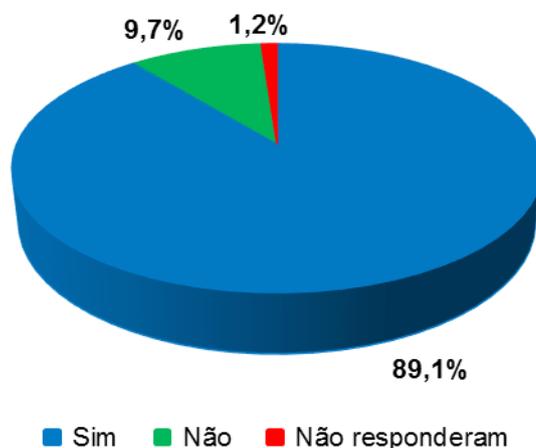


11. Coincidência de mandatos

Hoje temos eleições a cada dois anos, as críticas sobre esses processos é que acarretam custos excessivos para realizar eleições e ainda que os orçamentos das três esferas de governo acabam “não conversando” entre eles, por isso este é um tema importante a ser debatido.

Entre os entrevistados, a grande maioria – 89,1% – indicou que deve haver coincidências de mandatos e somente 9,7% indicaram que se deve manter o sistema atual. A grande maioria dos gestores concordam que deve haver coincidência de mandatos e eleições gerais, este é um resultado bastante indicativo do que os atuais gestores sofrem na ponta com eleições a cada dois anos e sobretudo a dificuldade de realizar suas obras e ações em virtude do descasamento dos orçamentos.

Gráfico 10 – Deve haver coincidência de mandatos?

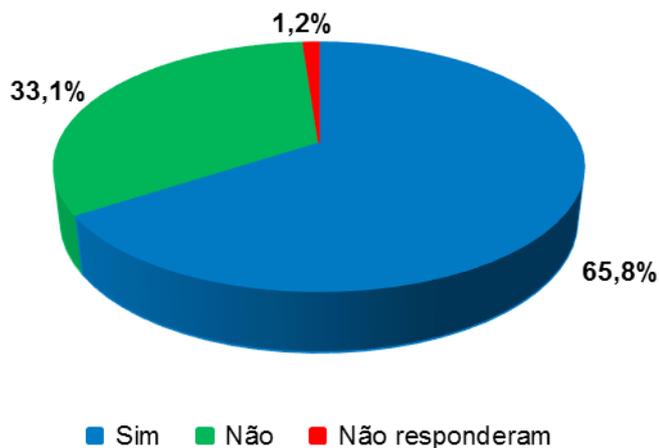


12. Sobre o plebiscito

Uma das discussões sobre a reforma política é que os eleitos pelo Sistema atual não teriam legitimidade ou condições políticas de alterar este sistema, um dos encaminhamentos da Presidência da República e outras entidades era para que houvesse um plebiscito a fim de que a população brasileira se manifeste sobre a nova legislação que regulamentará o sistema político brasileiro.

Entre os entrevistados, temos que 65% concordam com essa ideia e 33% não concordam. Os resultados indicam que a maioria concorda com a realização de um plebiscito sobre qual é a reforma política ideal.

Gráfico 11 – Você concorda com um plebiscito para tratar deste assunto?



Conclusão

Os resultados são bastante interessantes, a maioria dos prefeitos(as) não quer reeleição, o mandato deve ser de 5 anos, os parlamentares têm de ter um limite de reeleições, o sistema preferido é o voto distrital, o financiamento de campanha deve ser público, o voto deve continuar a ser obrigatório, a candidatura avulsa foi rejeitada, concordam com o *recall*, o suplente de senador deve ser votado e nominado, deve-se mudar a data de posse dos eleitos, deve haver coincidências de mandatos e, por fim, os prefeitos creem que deve haver um plebiscito junto à população sobre o tema.

Tabela 2 – Distribuição da amostra da pesquisa por Unidade da Federação

UF	Municípios	Pesquisados	Não Pesquisados
AC	22	13	9
AL	102	50	52
AM	62	6	56
AP	16	2	14
BA	417	224	193
CE	184	77	107
ES	78	37	41
GO	246	165	81
MA	217	18	199
MG	853	595	258
MS	79	52	27
MT	141	106	35
PA	144	25	119
PB	223	119	104
PE	184	120	64
PI	224	115	109
PR	399	318	81
RJ	92	31	61
RN	167	85	82
RO	52	40	12
RR	15	1	14
RS	497	446	51
SC	295	252	43
SE	75	45	30
SP	645	427	218
TO	139	97	42
BR	5.568	3.466	2.102

Fonte: Elaboração Própria – CNM

Tabela 3 – Distribuição da amostra da pesquisa por Região Geográfica

Regiões	Municípios	Pesquisados	Não Pesquisados
Centro Oeste	466	323	143
Norte	450	184	266
Sudeste	1.668	1.090	578
Sul	1.191	1.016	175
Nordeste	1.793	853	940
Brasil	5.568	3.466	2.102

Fonte: Elaboração Própria – CNM